



**PLANO NACIONAL DE PROMOÇÃO DAS
CADEIAS DE PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE:**



VERSÃO PRELIMINAR
PARA VALIDAÇÃO NO SEMINÁRIO NACIONAL

Brasília, 15 a 18 de Julho de 2008

SUMÁRIO

Siglas Utilizadas, i

APRESENTAÇÃO, 1

Parte I – INTRODUÇÃO, 2

1. JUSTIFICATIVA PARA A ELABORAÇÃO DESTE PLANO, 2
2. METODOLOGIA UTILIZADA PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO, 3
3. FORMATO E CONTEÚDO DA VERSÃO FINAL DO PLANO, 4

Parte II – O PLANO: VERSÃO PRELIMINAR, 5

1. CONCEITOS E DEFINIÇÕES UTILIZADOS, 5
2. DIRETRIZES ESTRATÉGICAS, 6
3. OBJETIVO GERAL, 7
4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS, 7
5. EIXOS ESTRUTURANTES, 7
6. EIXOS TRANSVERSAIS: LINHAS DE AÇÃO E ATIVIDADES, 8
 - 6.1. EIXO 1: PESQUISA, DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO, 8
 - 6.2. EIXO 2: ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EXTENSÃO RURAL E CAPACITAÇÃO, 10
 - 6.3. EIXO 3: CRÉDITO, FOMENTO & INCENTIVOS FISCAIS, 12
 - 6.4. EIXO 4: DIVULGAÇÃO E COMUNICAÇÃO, 14
 - 6.5. EIXO 5: MARCO REGULATÓRIO, 14
7. EIXOS FINALÍSTICOS: LINHAS DE AÇÃO E ATIVIDADES, 16
 - 7.1. EIXO 1: PROCESSO PRODUTIVO, 17
 - 7.2. EIXO 2: PROCESSO INDUSTRIAL & AGROINDUSTRIAL, 17
 - 7.3. EIXO 3: PROCESSO COMERCIAL, 17
 - 7.4. EIXO 4: ORGANIZAÇÃO SOCIAL E PRODUTIVA, 18
8. ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO, 18
9. ESTRUTURA DE GESTÃO DO PLANO, 19

ANEXO:

I - Matriz dos principais produtos por Bioma indicados pelos Seminários Regionais, 22

SIGLAS UTILIZADAS

ABDI – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial
ANVISA – Agência Brasileira de Vigilância Sanitária
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
BNDES – Banco Brasileiro de Desenvolvimento Econômico e Social
CEBDS – Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável
CHESF – Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
CONAB- Companhia Nacional de Abastecimento
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
FUNBIO – Fundo Brasileiro
GTZ – Cooperação Técnica Alemã
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCT – Ministério de Ciência e Tecnologia
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MME – Ministério de Minas e Energia
MS – Ministério da Saúde
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
ONG – Organização Não-Governamental
PCTAFs – Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares
SAF – Secretaria de Agricultura Familiar (MDA)
SAIP – Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias (MDS)
SBF – Secretaria de Biodiversidade e Florestas (MMA)
SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial (MDA)
SEAP – Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDR – Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (MMA)
SEPPIR – Secretaria Especial de Promoção das Políticas de Igualdade Racial
SFB – Serviço Florestal Brasileiro (MMA)

APRESENTAÇÃO

Como parte da estratégia de articular as políticas de governo e de implementar medidas voltadas à promoção do desenvolvimento sustentável associado à geração de renda e justiça social, os Ministérios do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social se reuniram com outros parceiros do governo e da sociedade civil para elaborar uma estratégia política para o fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade e consolidação de mercados sustentáveis para esses produtos.

Neste sentido, foi realizada uma série de eventos de consulta, envolvendo os diversos segmentos sociais interessados nesta temática. Entre setembro de 2007 e julho de 2008 foram organizados sete Seminários Regionais nos diferentes biomas contando com a participação de cerca de 800 pessoas, em sua maioria representantes de Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares. Em um outro seminário específico, estabeleceu-se uma plataforma de diálogo com representantes do setor empresarial.

Este documento traz a versão preliminar do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade, construído a partir das propostas e recomendações resultantes do processo de consulta realizado. Esta versão foi organizada como um documento de trabalho para validação no Seminário Nacional das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade, a ser realizado em Brasília, de 15 a 18 de julho de 2008.

Desta forma, esta primeira versão do Plano está organizada em duas partes. A primeira parte traz informações sobre os antecedentes que levaram a esta iniciativa, a metodologia de elaboração do Plano e o formato que o mesmo terá ao final do processo. A segunda parte traz o Plano propriamente dito. Primeiramente são apresentados as diretrizes, o objetivo geral e os objetivos específicos. Em seguida são apresentados os eixos estruturantes, as linhas de ação e respectivas atividades. A parte final traz uma proposta de estratégia de implementação do Plano e de estrutura de gestão. A matriz com os produtos potenciais indicados nos Seminários Regionais encontra-se como anexo.

Considerando que durante os seminários de consulta os participantes tiveram a oportunidade de debater e indicar um conjunto de propostas, entende-se que o Seminário Nacional tem como principal propósito validar a proposta de plano. Não se trata de abrir novamente a discussão das propostas, mas de uma consulta final para orientar as próximas etapas para formalização do Plano. Cabe também aos participantes do Seminário Nacional contribuir com elementos para o detalhamento da estratégia de implementação e a validação da estrutura de gestão. Frente à diversidade de realidades e prioridades, os participantes do Seminário Nacional são convidados a colocar o foco das discussões nos elementos convergentes e no detalhamento de mecanismos para transformar este Plano em realidade.

Bom Trabalho!

A Comissão Organizadora

PARTE I : INTRODUÇÃO

1. JUSTIFICATIVA PARA A ELABORAÇÃO DESTE PLANO

O Brasil é um país de dimensões continentais, abrigando uma biodiversidade exuberante nos Biomas Amazônico, Cerrado, Pantanal, Caatinga, Mata Atlântica, Zona Costeira Marinha e Pampa. Esta riqueza biológica está associada a uma grande diversidade sociocultural, representada por mais de 200 povos indígenas e por inúmeras comunidades tradicionais (quilombolas, extrativistas, pescadores, agricultores familiares, dentre outras), detentoras de conhecimento considerável e habilidades sobre sistemas tradicionais de manejo da biodiversidade.

Embora tenha uma importância significativa na geração de renda e segurança alimentar de povos e comunidades tradicionais, as estatísticas oficiais apontam que os valores registrados para a produção extrativista não-madeireira representam aproximadamente 0,48 % da produção primária nacional, o que equivale, no segmento de produção primária, apenas 480 milhões de Reais. Estes valores indicam a pouca visibilidade e o pequeno espaço ocupado pelos produtos da sociobiodiversidade na economia formal.

Nas duas últimas décadas, diversas iniciativas do governo federal, de alguns estados e municípios, ONGs, movimentos e organizações sociais, empresas e instituições acadêmicas vêm buscando reverter este quadro. Multiplica-se por todo o país projetos que sinalizam o potencial de competitividade das cadeias de produtos da sociobiodiversidade, revelando a grande possibilidade que este mercado representa para o desenvolvimento sustentável.

Todavia, a maior parte das iniciativas têm caráter pontual, com restrita abrangência territorial, econômica e social, exercendo pouca influência na definição de prioridades político-econômicas do país. No âmbito governamental, as medidas de apoio aos produtos da sociobiodiversidade encontram-se dispersas em diferentes Ministérios, sem uma articulação que possibilite coordenar ações e potencializar investimentos. Ao mesmo tempo, os inúmeros espaços de consulta à sociedade civil implementados nos últimos anos – como as Conferências Nacionais de Meio Ambiente, Saúde, Economia Solidária, Segurança Alimentar e Nutricional, e Desenvolvimento Rural Sustentável – têm referendado a necessidade de evoluir de experiências localizadas para a universalização de políticas públicas que promovam o uso e conservação dos produtos da sociobiodiversidade e fortaleçam os PCTAFs.

Neste sentido, o governo federal, por meio de articulação dos Ministérios do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social em parceria com os Ministérios da Ciência e Tecnologia, Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Trabalho e Emprego e com outros setores do governo, o setor empresarial e a sociedade civil, decidiu elaborar um plano de ação para fortalecer as cadeias de produtos da sociobiodiversidade e consolidar mercados sustentáveis para estes produtos.

2. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PLANO

A elaboração do Plano compreendeu, até o momento, as seguintes etapas:

- **Consulta aos Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares:** Esta consulta foi realizada em sete Seminários Regionais “*Cadeias de produtos da sociobiodiversidade: agregação de valor e consolidação de mercados sustentáveis*”, realizados entre setembro de 2007 e junho de 2008, nas regiões Norte, Centro-Oeste, Sul, Sudeste e Nordeste, envolvendo os Biomas Amazônia Ocidental e Oriental, Cerrado, Pantanal, Pampa, Mata Atlântica Sul/Sudeste e Norte e Caatinga. Os Seminários Regionais foram organizados pelo MMA (SBF, SEDR, SFB, ICMBio), MDA (SAF, SDT, INCRA), MDS (SAIP e SESAN), FUNBIO, GTZ, SEBRAE, MME (Luz para Todos) e CONAB.. Cada Seminário reuniu, em média, cerca de cem participantes, incluindo, além de representantes dos povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares, pesquisadores, representantes de órgãos governamentais (federal, estadual e municipal), ONG's e setor empresarial.
- **Sistematização das propostas dos Seminários Regionais:** Nos Seminários Regionais os participantes apresentaram um conjunto de propostas, as quais foram construídas em grupos de trabalho, seguido de apresentação, discussão, ajustes e validação, por consenso, em plenária. O conjunto de propostas dos sete Seminários foi consolidado em um documento específico, o qual foi utilizado como um dos documentos base para a elaboração do Plano.
- **Consulta ao Setor Empresarial:** O seminário “*Diálogo com o Setor Empresarial*” foi realizado em São Paulo, em 08 de julho de 2008, promovido pelo MMA, MDA, MDS, com apoio da ABDI, Cooperação Técnica Alemã - GTZ, CEBDS, Instituto Ethos e Fundação Getúlio Vargas. O evento reuniu 34 participantes, incluindo representantes de associações empresariais e representantes de órgãos do governo federal.
- **Sistematização das Propostas do Seminário de Consulta ao Setor Empresarial:** As propostas resultantes da consulta ao setor empresarial foram sistematizadas em relatório específico, o qual foi utilizado como um dos documentos base para elaboração do Plano.
- **Reunião técnica para definição da estrutura do Plano:** Técnicos dos diferentes órgãos do governo federal engajados nesta iniciativa reuniram-se em Brasília para definir a estrutura, validar as diretrizes e objetivos do Plano e discutir a estrutura de gestão. A discussão foi feita com base em uma primeira proposta elaborada a partir dos resultados dos Seminários Regionais.
- **Elaboração da versão preliminar do Plano:** Com base nas decisões aprovadas na reunião técnica, as propostas aprovadas nos Seminários Regionais com os PCTAFs e no Diálogo com o Setor Empresarial foram compiladas e agrupadas dentro dos eixos de ação definidos. Os resultados destas consultas também orientaram a definição das diretrizes, objetivos específicos, estratégia de implementação e estrutura de gestão. Uma primeira versão do Plano foi submetida à equipe técnica de coordenação do Seminário Nacional, composta por técnicos do MMA, MDA e MDS. As sugestões e correções indicadas pela equipe técnica foram incorporadas nesta versão preliminar, a

qual será objeto de discussão durante o Seminário Nacional das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade.

As próximas etapas para finalização do Plano são:

- Validação da estrutura e das propostas no Seminário Nacional das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade, a ser realizado em Brasília, de 15 a 18 julho de 2008.
- Negociação política do Plano no âmbito do Governo Federal em reunião específica com representantes dos diferentes Ministérios e Órgãos que comporão o grupo gestor e envolvidos na sua implementação, detalhando metas, orçamento, responsáveis e os arranjos institucionais no âmbito do governo federal.
- Validação da Versão Final com as instituições que comporão a Câmara Setorial
- Elaboração da Minuta de Decreto com o apoio da assessoria jurídica dos Ministérios.
- Publicação de Decreto oficializando o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade.

3. FORMATO DA VERSÃO FINAL DO PLANO

A versão preliminar apresentada neste documento contém os itens essenciais do Plano. A versão final deverá incluir outros elementos, contendo os seguintes itens:

- Introdução: apresenta os antecedentes e a motivação que levou à elaboração do Plano.
- Estado da Arte: descreve o diagnóstico da situação atual dos produtos da sociobiodiversidade, limites, potenciais e o marco regulatório vigente.
- Diretrizes Estratégicas: descreve os fundamentos que norteiam a concepção e a estratégia de implementação do Plano.
- Objetivo Geral: descreve qual o grande objetivo do Plano, ou seja, seu ponto de partida.
- Objetivos Específicos: descreve outros objetivos que devem ser alcançados, justificando as ações e atividades propostas.
- Eixos Estruturantes, Linhas de Ação e Atividades: descreve as linhas de ação e respectivas atividades para cada um dos eixos estruturantes definidos.
- Metas, Orçamento e Responsáveis: Indica os resultados esperados, o custo de execução e os responsáveis pela realização das atividades
- Estratégia de Implementação: descreve os princípios que nortearam a implementação do plano e os arranjos institucionais para a sua execução.
- Estrutura de gestão: descreve os mecanismos e espaços para o planejamento, monitoramento e avaliação da implementação do Plano.

PARTE II - O PLANO: VERSÃO PRELIMINAR

1. CONCEITOS UTILIZADOS

- **Agricultor Familiar:** empreendedor familiar rural é aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: (i) não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; (ii) utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; (iii) tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; (iv) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família¹.
- **Arranjos Produtivos Locais – APLs:** Agrupamentos de empreendimentos de um mesmo ramo, localizados em um mesmo território, que mantêm algum nível de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com os demais atores locais (governo, pesquisa, ensino, instituições de crédito).
- **Avaliação de Conformidade:** Processo sistematizado, acompanhado e avaliado, de forma a propiciar adequado grau de confiança de que um produto, processo ou serviço, ou ainda um profissional, atende a requisitos pré-estabelecidos em normas e regulamentos técnicos com o menor custo para a sociedade².
- **Cadeia Produtiva:** É um sistema constituído de atores inter-relacionados e pela sucessão de processos de produção, transformação e comercialização do produto.
- **Cadeia Produtiva da Sociobiodiversidade:** Um sistema integrado, constituído por atores interdependentes e por uma sucessão de processos de educação, pesquisa, manejo, produção, beneficiamento, distribuição, comercialização e consumo de produto e serviços da sociobiodiversidade, com identidade cultural e incorporação de valores e saberes locais dos PCTAF e que asseguram a distribuição justa e equitativa dos seus benefícios.
- **Desenvolvimento Sustentável:** o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras³.
- **Povos e Comunidades Tradicionais:** grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição⁴.

¹ Conforme definição da Lei 11.322/06 que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais

² Conforme definição do INMETRO

³ Conforme definição do Decreto 6.040/07 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

⁴ Idem 3

- **Produtos da Sociobiodiversidade:** Bens e serviços (produtos finais, matérias primas ou benefícios) gerados a partir de recursos da biodiversidade, voltados à formação de cadeias produtivas de interesse dos povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares, que promovam a manutenção e valorização de suas práticas e saberes, e assegurem os direitos decorrentes, gerando renda e promovendo a melhoria de sua qualidade de vida e do ambiente em que vivem.
- **Sistema:** Um conjunto de partes que se relacionam entre si.
- **Sociobiodiversidade:** Conceito que expressa a inter-relação entre a diversidade biológica e a diversidade de sistemas socioculturais.
- **Territórios Tradicionais:** os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, resguardando as especificidades dos povos indígenas e quilombolas conforme previsto em lei⁵.
- **Biodiversidade ou Diversidade Biológica:** a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas.⁶

2. DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

O Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade se assenta em dez diretrizes estratégicas, as quais estão em conformidade com as políticas públicas e o marco regulatório nacionais e acordos internacionais dos quais o país é signatário. As mesmas estão em consonância com as demandas sociais apresentadas nos Seminários de consulta realizados em cada um dos biomas brasileiros. São elas:

- 2.1. Conservação e uso sustentável da biodiversidade
- 2.2. Reconhecimento do direito dos PCTAFs de acesso aos recursos da biodiversidade e à repartição justa e equitativa de benefícios
- 2.3. Valorização e respeito da diversidade cultural e conhecimento tradicional
- 2.4. Promoção da segurança alimentar e nutricional a partir da alimentação diversificada
- 2.5. Agregação de valor socioambiental, com geração de emprego, renda e inclusão social
- 2.6. Mercados regidos por valores de cooperação, solidariedade e ética
- 2.7. Abordagem de cadeias e arranjos produtivos, com enfoque participativo, territorial e sistêmico como elementos de concepção e implementação do Plano
- 2.8. Promoção do empoderamento e controle social
- 2.9. Articulação intra e interinstitucional, e intersetorial
- 2.10. Compartilhamento de responsabilidades entre os setores público, privado e a sociedade civil organizada.

⁵

Idem 2

⁶

Artigo 2 da Convenção sobre Diversidade Biológica

3. OBJETIVO GERAL

Desenvolver ações integradas para a promoção e fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade.

4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 4.1. Promover a conservação, o manejo e o uso sustentável dos produtos da sociobiodiversidade
- 4.2. Fortalecer cadeias produtivas em cada um dos biomas agregando valor aos produtos da sociobiodiversidade
- 4.3. Fortalecer a organização social e produtiva dos PCTAFs
- 4.4. Ampliar, fortalecer e articular instrumentos econômicos necessários à estruturação das cadeias produtivas
- 4.5. Fortalecer redes de conhecimento integrando as ações de pesquisa, assistência técnica e capacitação
- 4.6. Fortalecer a articulação intra/interinstitucional e intersetorial
- 4.7. Adequar o marco legal de maneira a atender as especificidades dos produtos da sociobiodiversidade

5. EIXOS ESTRUTURANTES

O Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade está organizado em dois grandes eixos estruturantes, constituídos por um conjunto de atividades voltadas a atingir os objetivos propostos. São eles:

- **Eixos Transversais** incluem as linhas de ação e respectivas atividades relacionadas aos diferentes meios necessários para o fortalecimento e estruturação das cadeias produtivas;
- **Eixos Finalísticos** incluem as linhas de ação e respectivas atividades finalísticas relacionadas à estruturação de cadeias e arranjos produtivos, considerando todas as etapas.

Os eixos estruturantes propostos são os seguintes:

5.1. EIXOS TRANSVERSAIS

- Eixo 1: Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação 8
- Eixo 2: Assistência Técnica, Extensão Rural e Capacitação 11
- Eixo 3: Crédito, Fomento e Incentivos Fiscais 8
- Eixo 4: Divulgação e Comunicação 4
- Eixo 5: Marco regulatório 6

5.2. EIXOS FINALÍSTICOS

- Eixo 1: Processo produtivo 2
- Eixo 2: Processo industrial 1
- Eixo 3: Processo comercial 4
- Eixo 4: Organização Social e Produtiva 2

6. EIXOS TRANSVERSAIS: LINHAS DE AÇÃO E ATIVIDADES

Para atingir os objetivos propostos se propõe, para cada um dos Eixos Transversais, um conjunto de atividades agrupadas em linhas de ação específicas. São elas:

6.1. EIXO 1: PESQUISA, DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO

6.1.1. Estudos exploratórios:

- 6.1.1.1. Realização de **estudo sobre o estado da arte** da pesquisa e desenvolvimento tecnológico dos produtos da sociobiodiversidade, identificando lacunas e demandas
- 6.1.1.2. Realização de estudo sobre as **lacunas existentes nas políticas públicas**
- 6.1.1.3. Realização de estudos para a **conformação de uma política industrial** para os produtos da sociobiodiversidade tendo como foco indústrias comunitárias
- 6.1.1.4. Realização de estudos sobre as **vias de escoamento e logística de produtos** da sociobiodiversidade
- 6.1.1.5. Realização de estudos para criação de um cadastro sobre a **distribuição geográfica** dos produtos da sociobiodiversidade existentes em cada Bioma
- 6.1.1.6. **Mapeamento de cadeias** de produtos da sociobiodiversidade em cada um dos biomas
- 6.1.1.7. **Mapeamento** de ações voltadas aos produtos da sociobiodiversidade no âmbito governamental, privado e não-governamental

6.1.2. Ações de P&D&I na área de Produção e Manejo:

- 6.1.2.1. Desenvolvimento de programas de **melhoramento de espécies nativas** sob o enfoque da sociobiodiversidade e assegurando manutenção da variabilidade genética
- 6.1.2.2. Desenvolvimento, em todos os biomas, de pesquisas em **agroecologia e manejo sustentável** com base nas espécies nativas considerando os aspectos relacionados à captação, uso, manejo e conservação da água
- 6.1.2.3. Desenvolvimento de pesquisas na área de fauna para subsidiar **projetos de criadouros e abatedouros de fauna silvestre**
- 6.1.2.4. Desenvolvimento de pesquisas voltadas ao **manejo sustentável da pesca**
- 6.1.2.5. Criação de **unidades de referência** e de experimentação em manejo, produção e beneficiamento dos produtos da sociobiodiversidade
- 6.1.2.6. Desenvolvimento de pesquisas visando reduzir **os custos** de produção e **agregação de valor**

6.1.3. Ações de P&D&I na área de Beneficiamento, Industrialização e Desenvolvimento de Produtos:

- 6.1.3.1. Desenvolvimento de pesquisas em **bioprospecção** buscando novos atributos funcionais em espécies não utilizadas
- 6.1.3.2. Realização de pesquisas para **desenvolvimento de novas linhas de produtos** a partir de matéria prima da biodiversidade nativa

- 6.1.3.3. Desenvolver pesquisas para o melhor **aproveitamento dos produtos e subprodutos da sociobiodiversidade**
- 6.1.3.4. Desenvolvimento de pesquisas sobre **equipamentos e tecnologias para a indústria** de pequena escala com prioridade para fontes renováveis de energia de alta eficiência
- 6.1.3.5. Desenvolvimento de pesquisas sobre **protocolos de boas práticas de fabricação** (BPF) e perfis em processos agroindustriais envolvendo produtos da sociobiodiversidade
- 6.1.3.6. Desenvolvimento de pesquisas sobre **embalagens reaproveitáveis e biodegradáveis** com base em insumos ecológicos

6.1.4. Ações de P&D&I sobre Aspectos Econômicos e Mercado:

- 6.1.4.1. Desenvolvimento de pesquisas sobre **a viabilidade técnica e econômica de cadeias produtivas** de produtos da sociobiodiversidade
- 6.1.4.2. Realização de pesquisas sobre **mecanismos para remuneração dos serviços ambientais** gerados pelos produtos da sociobiodiversidade
- 6.1.4.3. Realização de estudos sobre as **oportunidades de mercado** para os produtos da sociobiodiversidade

6.1.5. Ações de P&D&I sobre Repartição de Benefícios & Conhecimento Tradicional:

- 6.1.5.1. Desenvolvimento de pesquisas para **avaliar parâmetros para repartição de benefícios**
- 6.1.5.2. Desenvolvimento de pesquisas sobre o processo de geração, valorização e registro do **saber local das comunidades** de PCTAF

6.1.6. Ações de P&D&I para o Desenvolvimento de Indicadores

- 6.1.6.1. Realização de estudos de **indicadores de sustentabilidade** de produtos da sociobiodiversidade manejados por PCTAFs
- 6.1.6.2. Realização de estudos sobre mecanismos de avaliação de conformidade de produtos da sociobiodiversidade, inclusive **sistemas participativos de garantia e sistemas de certificação**

6.1.7. Ações de Suporte Financeiro para P&D&I

- 6.1.7.1. Criação de **bolsas de pesquisa** para projetos envolvendo produtos da sociobiodiversidade, prevendo bolsas específicas para pesquisas nas comunidades
- 6.1.7.2. **Lançamento de editais específicos** para projetos de pesquisa para o aprimoramento de processos, produtos e serviços da sociobiodiversidade
- 6.1.7.3. **Lançamento de editais** de pesquisa envolvendo as ITCPs – Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
- 6.1.7.4. Ampliação das **políticas de desenvolvimento científico e tecnológico** para os produtos da sociobiodiversidade

6.1.8. Ações para o Fortalecimento de Redes de Conhecimento

- 6.1.8.1. Organização de **redes de pesquisa participativa** envolvendo todos os elos da cadeia produtiva, incluindo a participação de jovens pesquisadores das comunidades

6.2. EIXO 2: ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EXTENSÃO RURAL E CAPACITAÇÃO

6.2.1. Articulação e Fortalecimento das políticas e programas existentes:

- 6.2.1.1. **Ampliação e fortalecimento** dos programas de ATER e a Política Nacional de ATER –PNATER, em todas as cadeias de produtos da sociobiodiversidade, em todas as Unidades da Federação, com ênfase das ações em agroecologia, conservação da biodiversidade e sustentabilidade ambiental.
- 6.2.1.2. **Integração e coordenação de ações** entre os programas de ATER e os demais órgãos/setores/programas governamentais que trabalham com os PCTAFs

6.2.2. Investimentos em Recursos Humanos e Infra-estrutura:

- 6.2.2.1. **Ampliação do quadro técnico** disponível para os Programas de ATER voltados aos PCTAFs com o foco nos produtos da sociobiodiversidade, agroecologia e extensão agroflorestal
- 6.2.2.2. **Investimentos em infra-estrutura** para ampliar e melhorar a capacidade de trabalho dos Programas de ATER com os PCTAFs
- 6.2.2.3. Composição de **equipes multidisciplinares** nos Programas de ATER, incluindo profissionais da **área de design** com especialidade na área de sustentabilidade socioambiental, para assessorar as cadeias produtivas de produtos da sociobiodiversidade
- 6.2.2.4. Composição de **equipes multidisciplinares** nos Programas de ATER, incluindo profissionais para **assessorar Cooperativas e Associações** de PCTAFs na área jurídica, organizacional e administrativa

6.2.3. Aperfeiçoamento da estratégia metodológica:

- 6.2.3.1. Incorporação nos programas de ATER de **metodologias participativas** para a formulação, planejamento, implementação e avaliação de projetos voltados à estruturação de cadeias de produtos da sociobiodiversidade

6.2.4. Fortalecimento de Parcerias

- 6.2.4.1. Ampliação das **parcerias entre órgãos governamentais e organizações da sociedade civil** para implementar os programas de ATER/ATES voltados aos PCTAFs
- 6.2.4.2. Criação de linhas de **fomento** para **programas de extensão universitária** em ITCPs- Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

6.2.5. Ações de Capacitação em Produção e Manejo

- 6.2.5.1. Atividades de capacitação em **manejo sustentável** dos recursos da sociobiodiversidade
- 6.2.5.2. Campanhas e atividades de capacitação contra o **uso do fogo**, em todos os biomas
- 6.2.5.3. Atividades de capacitação em **diversificação da produção** para os diferentes atores das cadeias produtivas

6.2.6. Ações de Capacitação em Beneficiamento e Industrialização

- 6.2.6.1.** Atividades de capacitação na área de **pós-colheita**
- 6.2.6.2.** Atividades de capacitação para PCTAF na área de **beneficiamento e industrialização** da produção
- 6.2.6.3.** Atividades de capacitação sobre **agregação de valor** para os diferentes atores das cadeias produtivas

6.2.7. Ações de Capacitação em Organização e Gestão

- 6.2.7.1.** Atividades de capacitação para os PCTAF na organização de empreendimentos de **produção de mudas de espécies nativas**
- 6.2.7.2.** Atividades de capacitação para PCTAF na área de **gestão da produção**
- 6.2.7.3.** Atividades de capacitação em elaboração, **administração e gestão financeira** de projetos produtivos desenvolvidos por PCTAF
- 6.2.7.4.** Atividades de capacitação na área de **informática associadas a um amplo programa de inclusão digital** dos territórios de PCTAFs
- 6.2.7.5.** Atividades de capacitação das comunidades na área de **políticas públicas** voltadas aos PCTAFs e produtos da sociobiodiversidade
- 6.2.7.6.** Atividades de capacitação em **elaboração de planos de negócios** para os produtos da sociobiodiversidade
- 6.2.7.7.** Atividades de capacitação sobre **organização e gestão de grupos sociais** envolvendo todos os agentes das cadeias produtivas
- 6.2.7.8.** Atividades de capacitação dos agentes das cadeias produtivas para o **associativismo/cooperativismo** respeitando as especificidades culturais dos PCTAFs

6.2.8. Ações de Capacitação sobre Marco Regulatório

- 6.2.8.1.** Atividades de capacitação de organizações dos PCTAFs e demais agentes das cadeias produtivas sobre a **legislação** que incide sobre os produtos da sociobiodiversidade
- 6.2.8.2.** Atividades de capacitação sobre as especificidades dos PCTAF e produtos da sociobiodiversidade para **técnicos das instituições responsáveis pela elaboração do marco regulatório**

6.2.9. Ações para a Qualificação de Técnicos e Profissionais de Órgãos de Governo

- 6.2.9.1.** Atividades de capacitação de **agentes de ATER** em temas **relacionados à sociobiodiversidade**, agroecologia, agricultura sustentável e extensão florestal
- 6.2.9.2.** Atividades de capacitação em **metodologias participativas** para **agentes de ATER**
- 6.2.9.3.** Atividades de capacitação em **organização comunitária** para **agentes de ATER**
- 6.2.9.4.** Atividades de capacitação em **gestão de empreendimentos** para **agentes de ATER**
- 6.2.9.5.** Atividades de capacitação sobre o marco regulatório atual aplicável aos produtos da sociobiodiversidade para **técnicos dos órgãos de fiscalização**
- 6.2.9.6.** Atividades de capacitação de **técnicos das instituições financeiras** para o uso de **coeficientes técnicos** adequados às especificidades das cadeias de produtos da sociobiodiversidade e ao contexto regional

6.2.10. Ações para o Fortalecimento de Redes de Conhecimento

6.2.10.1. Atividades de capacitação e intercâmbio na **modalidade “produtor/a-produtor/a”**

6.2.11. Ações de Suporte à Capacitação

6.2.11.1. Criação de **bolsas de estudos** para cursos técnicos, de graduação e especialização em áreas relacionadas aos produtos da sociobiodiversidade

6.2.11.2. Construção e adequação de centros de formação nos territórios para atender as demandas dos PCTAFs

6.3. EIXO 3: CRÉDITO, FOMENTO & INCENTIVOS FISCAIS

6.3.1. Ações de Apoio à Produção e Manejo Sustentável

6.3.1.1. **Ampliar e promover o PRONAF Florestal** para a aplicação em projetos com produtos da sociobiodiversidade sob gestão de PCTAFs

6.3.1.2. Ampliação do acesso a linhas de **crédito para o desenvolvimento da unidade produtiva**, com enfoque sistêmico, sem o caráter “safrista por produto”

6.3.1.3. Criação de linhas de **crédito para a averbação da reserva legal e licenciamento** de projetos produtivos de PCTAFs

6.3.1.4. Ampliação dos recursos do PAA e das linhas de crédito para os PCTAFs voltadas à promoção da **segurança alimentar e nutricional local** com base em produtos da sociobiodiversidade

6.3.1.5. Criação de linhas de **fomento** para a elaboração de **planos de manejo** em Unidades de Conservação de Uso Sustentável e outros territórios ocupados por PCTAF

6.3.1.6. Criação de linhas de **fomento para o plantio de espécies nativas** na recuperação e recomposição de áreas degradadas

6.3.1.7. Criação de linhas de **seguro agrícola para sistemas de produção agrobiodiversos** vinculado à assessoria técnica participativa

6.3.1.8. Criação de um **fundo de fomento aos produtos da sociobiodiversidade**, de acesso simplificado e ágil, que contemple todos os elos da cadeia produtiva

6.3.2. Ações de Apoio à Organização Social e Produtiva

6.3.2.1. Ampliação dos recursos e do **acesso das organizações de PCTAFs às linhas de crédito** para os produtos da sociobiodiversidade

6.3.2.2. Criação de linhas de **crédito para equipar cozinhas comunitárias** com a infra-estrutura necessária para a adequação às boas práticas fabricação (BPF)

6.3.2.3. Criação de linhas de fomento para custeio de atividades de **organização de cooperativas de crédito**

6.3.3. Ações de Apoio à Comercialização

6.3.3.1. Criação de linhas de **crédito para a divulgação comercial e comercialização** dos produtos da sociobiodiversidade

6.3.3.2. **Ampliação dos instrumentos** de política agrícola de **garantia de preços** para os produtos da sociobiodiversidade, incluindo produtos de todos os biomas

6.3.3.3. Criação de linhas de **fomento** para implantar **mecanismos de avaliação de conformidade** para os produtos da sociobiodiversidade, incluindo o reconhecimento dos **sistemas participativos de garantia**

6.3.4. Ações de Apoio à Estruturação de Cadeias Produtivas & Arranjos Produtivos Locais (APLs)

6.3.4.1. Mapeamento e divulgação das **fontes de financiamento** para a estruturação de cadeias de produtos da sociobiodiversidade

6.3.4.2. Ampliação do acesso às linhas de **crédito** que atendem as especificidades regionais das cadeias de **produtos da sociobiodiversidade**, adequando o cronograma de liberação dos recursos ao calendário de atividades produtivas da região

6.3.4.3. Ampliar os recursos e o acesso das organizações de PCTAFs às **linhas de micro-crédito para o empreendedorismo** com produtos da sociobiodiversidade

6.3.4.4. Criação de linhas de **fomento** com acesso de forma cooperativa para a **estruturação de arranjos produtivos locais** de produtos da sociobiodiversidade

6.3.5. Ações para ampliação das Fontes de Financiamento

6.3.5.1. **Criação de um Fundo de Aval** para os PCTAFs que trabalham com produtos da sociobiodiversidade

6.3.5.2. **Criação de um Fundo Setorial** para apoio à pesquisa em cadeias de produtos da sociobiodiversidade

6.3.5.3. Revisar os critérios para **alocação dos fundos constitucionais**, destinando 10% para apoiar as cadeias de produtos da sociobiodiversidade

6.3.5.4. **Inclusão de linhas orçamentárias no PPA** (Plano Plurianual) específicas para o financiamento das ações propostas neste Plano

6.3.6. Ações para o Aprimoramento de Critérios, Procedimentos e Serviços

6.3.6.1. Incluir **indicadores socioambientais como critério** para a distribuição de recursos para as cadeias da sociobiodiversidade e para o acesso às linhas de crédito (por exemplo, baixo IDH municipal)

6.3.6.2. Criação nas agências bancárias de **balcão de atendimento exclusivo** aos PCTAFs

6.3.6.3. Desenvolvimento de pesquisas sobre **coeficientes técnicos** para subsidiar a formulação de políticas de crédito e seguro agrícola e agroextrativista

6.3.7. Ações na área Tributária

6.3.7.1. Criação de mecanismos de **isenção de tributos e/ou alíquotas diferenciadas** para os produtos da sociobiodiversidade dos PCTAFs (ICMS, Cofins, outros)

6.3.7.2. Criação de mecanismos de isenção de **tributos e/ou alíquotas diferenciadas para empresas** que incorporem critérios de responsabilidade socioambiental

- 6.3.7.3. Criação de linhas de **incentivo fiscal** ao extrativismo sustentável
- 6.3.7.4. Implementação de medidas de **incentivos fiscais para pesquisa e desenvolvimento** de produtos da sociobiodiversidade

6.3.8. Ações para a Integração de Políticas

- 6.3.8.1. **Integração** das diferentes linhas de fomento e crédito voltadas aos produtos da sociobiodiversidade, coordenando com as demais políticas públicas estruturantes

6.4. EIXO 4: DIVULGAÇÃO E COMUNICAÇÃO

6.4.1. Ações para a promoção do acesso à informação sobre os produtos da sociobiodiversidade

- 6.4.1.1. Criação e manutenção de um **portal sobre os produtos e serviços da sociobiodiversidade** integrando informações sobre: projetos e empreendimentos; oferta e demanda de produtos, cadastro de diferentes agentes das cadeias produtivas; biblioteca virtual com estudos de caso de projetos/cadeias, soluções tecnológicas, pesquisas desenvolvidas, etc.
- 6.4.1.2. **Divulgação de receitas** com ingredientes da sociobiodiversidade para *chefs* de cozinha
- 6.4.1.3. **Difusão de informações** ao setor empresarial e industrial sobre as **oportunidades de parceria e negócios**

6.4.2. Produção de materiais pedagógicos e de divulgação

- 6.4.2.1. Produção de **instrumentos pedagógicos** (livretos, manuais) sobre as cadeias de produtos da sociobiodiversidade, em linguagem e formato acessível
- 6.4.2.2. **Divulgação de experiências bem sucedidas** de cadeias produtivas da sociobiodiversidade através de diferentes meios (impresso, vídeo, etc)

6.4.3. Organização de Campanhas de Divulgação & Marketing

- 6.4.3.1. Organização de **campanhas para sensibilização dos consumidores** e população urbana sobre o valor dos produtos e serviços da sociobiodiversidade
- 6.4.3.2. Elaboração e implementação de **estratégia de marketing** para os produtos e serviços da sociobiodiversidade

6.4.4. Promocão de parcerias

- 6.4.4.1. Articulação de **parcerias para a sistematização e divulgação** de iniciativas/empreendimentos com produtos e serviços da sociobiodiversidade

6.5. EIXO 5: MARCO REGULATÓRIO

6.5.1. Estudos exploratórios

- 6.5.1.1. **Sistematização de lacunas e demandas** existentes em relação ao marco regulatório
- 6.5.1.2. **Levantamento** de projetos/iniciativas que já geraram jurisprudência

6.5.2. Adequação das Normas com incidência sobre a Produção e Manejo

- 6.5.2.1. Adequação da **legislação florestal** de maneira a atender as especificidades dos PCTAFs
- 6.5.2.2. Simplificação de procedimentos para obtenção do **licenciamento ambiental** de empreendimentos voltados aos produtos e serviços da sociobiodiversidade
- 6.5.2.3. Elaboração de **legislação federal** para a **criação e manejo territorial** de flora, fauna e ictiofauna (peixes) com incentivos a produção e comercialização

6.5.3. Adequação das Normas com incidência sobre os Processos de Beneficiamento, Industrialização e Comercialização

- 6.5.3.1. Desenvolvimento de pesquisas para subsidiar a **definição de normas sanitárias** adequadas aos produtos da sociobiodiversidade
- 6.5.3.2. Adequação da legislação para **validar a comercialização de plantas medicinais** de uso popular tradicional
- 6.5.3.3.** Revisão do marco regulatório de maneira a ampliar a participação dos produtos da sociobiodiversidade de PCTAFs nas **compras governamentais**
- 6.5.3.4. Definição de **normas sobre os padrões mínimos dos produtos industrializados** que utilizam matéria prima da sociobiodiversidade (ex: quantidade de óleo de andiroba no sabonete)
- 6.5.3.5. Adequação das **normas de rotulagem** às especificidades dos produtos da sociobiodiversidade, incluindo a indicação de origem
- 6.5.3.6. Adequação das **normas para o transporte e escoamento** de produtos da sociobiodiversidade
- 6.5.3.7. Adequação das **normas de avaliação de conformidade dos produtos da sociobiodiversidade**, reconhecendo a certificação social participativa e sistemas participativos de garantia

6.5.4. Adequação das Normas com incidência sobre o Acesso, Repartição de Benefícios e Direitos dos PCTAFs sobre a biodiversidade

- 6.5.4.1. Adequação da legislação para regular **o acesso de PCTAFs à matéria prima** de produtos da sociobiodiversidade existente em áreas públicas e privadas
- 6.5.4.2.** Consolidação da legislação de **proteção do conhecimento tradicional**
- 6.5.4.3.** Revisão das restrições legais para o **acesso aos recursos genéticos**
- 6.5.4.4. Adequação da legislação de **sementes e mudas** no sentido de **garantir o direito dos PCTAFs** coletarem, produzirem e comercializarem sementes e mudas

6.5.5. Adequação de normas com incidência sobre o Crédito e Fomento

- 6.5.5.1. Revisão e adequação das **normas de crédito** de maneira a atender as especificidades dos produtos da sociobiodiversidade, como por exemplo, a sazonalidade
- 6.5.5.2. Revisão das **normas do PRONAF Agroecologia** estendendo o **rebate** a esta modalidade

- 6.5.5.3. Adequação das **normas de crédito** de maneira a **contemplar os diversos segmentos** de PCTAFs, incluindo moradores de RESEX, Unidades de Conservação de Uso Sustentável e agricultores sem título da terra
- 6.5.5.4. Simplificar as **normas e procedimentos aplicados pelas instituições** financeiras de maneira a possibilitar o acesso dos PCTAFs às linhas de crédito e fomento
- 6.5.5.5. Adequação das **normas do crédito** de maneira a possibilitar que as **dívidas contraídas pelos PCTAFs** possam ser renegociadas e pagas através da adoção de práticas socioambientais, socioeducacionais e agroecológicas.
- 6.5.5.6. Adequação das **normas, desvinculando a obrigatoriedade de responsabilidade técnica** para os produtos da sociobiodiversidade
- 6.5.5.7. Revisão dos **critérios para alocação dos fundos constitucionais**, destinando 10% para apoiar as cadeias de produtos da sociobiodiversidade
- 6.5.5.8. Revisão das **normas do ICMs Ecológico** de maneira a destinar uma parte dos recursos para a promoção das cadeias de produtos da sociobiodiversidade
- 6.5.5.9. Revisão das **normas de compensação ambiental**, destinando parte dos recursos obtidos para a recuperação ambiental de territórios ocupados por PCTAFs, em particular as RESEX
- 6.5.5.10. Alteração da **Instrução Normativa no/1/97** da Secretaria do Tesouro Nacional que dispõe sobre **convênios** e repasse de recursos, facilitando o repasse de recursos para organizações dos PCTAFs para o atendimento de demandas associadas às cadeias produtivas da sociobiodiversidade
- 6.5.5.11. Revisão das **normas do Fundo de Restauração da Mata Atlântica** para que o mesmo receba e apóie projetos voltados aos produtos da sociobiodiversidade

6.5.6. Adequação de normas sobre Tributos e Incentivos Fiscais

- 6.5.6.1. Implementação de **medidas de taxação progressiva** de atividades agropecuárias causadoras de **degradação e poluição ambiental**
- 6.5.6.2. Revisão da **legislação tributária** de maneira a definir instrumentos de **incentivo fiscal** para os produtos da sociobiodiversidade e **redução** da carga tributária nos diferentes elos da cadeia produtiva

7. EIXOS FINALÍSTICOS: LINHAS DE AÇÃO E ATIVIDADES

As linhas de ação e as atividades dos Eixos Finalísticos serão definidas em mais detalhes no âmbito regional e fazem parte do processo de implementação do Plano. Desta forma, as atividades descritas abaixo tão somente apontam ações já identificadas nas consultas realizadas, não esgotando todas as ações que serão necessárias para a estruturação das cadeias produtivas. São elas:

7.1. EIXO 1: PROCESSO PRODUTIVO

7.1.1. Ações de promoção da produção sustentável

- 7.1.1.1. Promoção de sistemas de produção agroecológicos e biodiversos
- 7.1.1.2. Organização de bancos vivos de sementes e mudas de espécies nativas
- 7.1.1.3. Mapeamento das comunidades e organizações com boas práticas de manejo dos produtos da sociobiodiversidade
- 7.1.1.4. Campanhas de licenciamento para legalização de projetos produtivos
- 7.1.1.5. Macro-zoneamento dos produtos da sociobiodiversidade

7.1.2. Promoção do Acesso à Tecnologia e Serviços

- 7.1.2.1. Facilitação do acesso dos PCTAF a tecnologias na área de energia renovável para o funcionamento de máquinas e equipamentos
- 7.1.2.2. Criação de capacidade nos laboratórios públicos reconhecidos pelo MAPA/SUASA para análises de produtos da sociobiodiversidade de PCTAFs

7.2. EIXO 2: PROCESSO INDUSTRIAL & AGROINDUSTRIAL

7.2.1. Aprimoramento dos serviços de inspeção e vigilância sanitária

- 7.2.1.1. Realização de campanhas junto aos municípios e estados para a adesão ao SUASA – Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, priorizando os territórios de PCTAFs.

7.3. EIXO 3: PROCESSO COMERCIAL

7.3.1. Ações para promoção comercial dos produtos da sociobiodiversidade

- 7.3.1.1. Criação de feiras permanentes de comercialização de produtos da sociobiodiversidade
- 7.3.1.2. Criação de centrais de comercialização com telecentro instalado para facilitar comércio eletrônico
- 7.3.1.3. Criação de pólos de recepção de produtos nativos do extrativismo
- 7.3.1.4. Criação de um sistema integrado de informação sobre a oferta, demanda e preços dos produtos da sociobiodiversidade nas diferentes praças

7.3.2. Ações de apoio à infra-estrutura e logística

- 7.3.2.1. Otimização da infra-estrutura e logística disponível para armazenamento, escoamento e comercialização, especialmente nas localidades de difícil acesso
- 7.3.2.2. Investimento em infra-estrutura para criação de capacidade nas cooperativas dos PCTAFs para o pré-beneficiamento, beneficiamento e comercialização de produtos da sociobiodiversidade

7.3.3. Ações de apoio à organização para a comercialização

- 7.3.3.1. Criação e fortalecimento de redes de comercialização dos PCTAFs envolvendo os produtos da sociobiodiversidade

7.3.3.2. Criação e fortalecimento de espaços e dinâmicas e **redes de economia solitária** envolvendo os produtos da sociobiodiversidade, articulando organizações rurais e urbanas

7.3.4. Ações para Valorização dos Produtos da Sociobiodiversidade

- 7.3.4.1. Realização de estudos e articulação para **criação de um selo/marca social** para os produtos da sociobiodiversidade de cada Bioma
- 7.3.4.2. Desenvolvimento de mecanismos e processos para a **avaliação de conformidade** de produtos e serviços da sociobiodiversidade
- 7.3.4.3. Implementar mecanismos de **remuneração dos serviços ambientais** dos produtos da sociobiodiversidade, incluindo no cálculo do custo de produção dos produtos
- 7.3.4.4. **Articulação** com a Política de Sistemas Estaduais de Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar e Economia Solidária (SECAFs/MDA)

7.4. EIXO 4: ORGANIZAÇÃO SOCIAL E PRODUTIVA

7.4.1. Ações de Apoio à gestão

- 7.4.1.1. Desenvolvimento de pesquisas sobre **instrumentos de gestão e modelos organizacionais** adequados às especificidades das organizações dos PCTAFs
- 7.4.1.2. Difusão de **informações** sobre as exigências legais para a formalização de empreendimentos
- 7.4.1.3. Simplificar as **normas de criação e funcionamento de organizações** e empreendimentos de PCTAFS

7.4.2. Ações de promoção do associativismo e cooperativismo solidário

- 7.4.2.1. Criação de **redes de “animadores locais”** envolvendo os próprios produtores
- 7.4.2.2. Apoio à organização de **redes de intercâmbio de sementes** entre PCTAF
- 7.4.2.3. Realização de campanhas sobre os arranjos produtivos sustentáveis e solidários**

8. ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO

A estratégia de implementação tem como principais elementos:

- Evitar a duplicação de estruturas e iniciativas, valorizando e reforçando o que já existe.
- Articular e fortalecer os espaços, políticas e programas já existentes em torno dos produtos da sociobiodiversidade, buscando a complementaridade entre as ações.
- Buscar a gestão compartilhada, articulando os setores governamental, privado e as organizações sociais, nas escalas federal, regional, estadual municipal, local. Ou seja, o Plano não é de responsabilidade exclusiva do Governo Federal, mas de todos os segmentos interessados no fortalecimento das cadeias produtivas de produtos da sociobiodiversidade.
- Dinamizar redes descentralizadas nos diferentes biomas e territórios
- Criar espaços específicos para a formulação, monitoramento e avaliação continuada das cadeias de produtos da sociobiodiversidade

9. ESTRUTURA DE GESTÃO

9.1. Princípios

Tendo como princípio a gestão compartilhada, descentralizada e a co-responsabilidade entre os diversos segmentos – governo, instituições acadêmicas e de pesquisa, instituições financeiras, setor privado, organizações dos PCTAFs e demais organizações da sociedade civil–, a estrutura de gestão proposta busca: (i) estimular a organização de cada setor em torno da temática, nas diferentes escalas – local, municipal, estadual, regional, federal- e; (ii) estabelecer mecanismos para que estes “agrupamentos setoriais” se **conectem e se articulem**, seja no âmbito territorial ou por áreas de interesse.

Desta forma, a estrutura de gestão sugerida aposta em **fortalecer dinâmicas** e não tem a intenção de criar estruturas verticalizadas ou duplicar Fóruns e Conselhos já existentes. No formato proposto, entende-se que o Governo Federal é um dos segmentos fundamentais para a promoção destas dinâmicas, mas não é o único. No âmbito governamental, as esferas Estaduais e Municipais são fundamentais para o fortalecimento das cadeias produtivas e para a dinamização de arranjos produtivos locais.

As organizações dos PCTAFs, demais organizações da sociedade civil e os agentes privados têm um papel fundamental na promoção de dinâmicas locais, e são estes processos que alimentarão as demais escalas de ação, incluindo a nacional. Não se implementa um Plano Nacional sem processos locais dinâmicos e articulados, com a participação e envolvimento de todos os segmentos.

9.2. Instâncias de Gestão

A estrutura de gestão proposta estabelece responsabilidades para o conjunto de parceiros nos 3 níveis. A tabela 1 detalha as instâncias e respectivas atribuições.

9.2.1. Nível Nacional

- **Câmara Setorial** das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade composta por representações do governo, representações de redes do setor empresarial, redes de organizações sociais, instituições pesquisa, suporte e fomento
- **Comitê Gestor** no âmbito do Governo Federal (MMA, MDA, MAPA, MDIC, MCT, MTE), tendo como objetivo executar as políticas deliberadas na câmara setorial e em consonância com as atribuições desta escala de governo.

9.2.2. Nível Regional

- **Grupo Articulador Regional** por Bioma, composto por representantes do governo nas escalas municipal, **estadual** e federal; setor empresarial, organizações sociais, instituições de suporte e fomento,

9.2.3. Nível Local

- **Grupos de Ação** por Cadeia ou Arranjo Produtivo, de acordo com as compostas por representantes dos diversos segmentos envolvidos na cadeia e/ou arranjo produtivo, de acordo com as necessidades e prioridades estabelecidas pelo Grupo Articulador Regional do bioma.

Tabela 1: Descrição das instâncias de gestão propostas para o Plano Nacional de Promoção das CPS

INSTÂNCIA	ABRANGÊNCIA/ ESFERA	CARÁTER	COMPOSIÇÃO	ATRIBUIÇÕES	FUNCIONAMENTO
CÂMARA SETORIAL	Nacional	Multissetorial com no máximo 50% de representantes do governo na composição	<p>Governo: Comitê Gestor + ANVISA/MS, INCRA, ICMBio, SFB/MMA, FUNAI, SEAP, SEPPIR, ABDI, CONAB</p> <p>Pesquisa: Embrapa, Universidades</p> <p>Setor Empresarial: Associações representativas</p> <p>Agências de Fomento e Suporte: Banco do Brasil, SEBRAE, BNDES</p> <p>Sociedade Civil: representantes indicados por redes/articulações dos PCTAFs (2 por bioma)</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Formulação e proposição 2. Planejamento, acompanhamento e avaliação do andamento do Plano 3. Definição de prioridades 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação por Ato Oficial da Presidência da República ▪ Cada segmento indica seus representantes ▪ Coordenada por 1 membro do Grupo Gestor ▪ Reuniões: Ordinárias (2/ano) e extraordinárias ▪ Custeio: recursos do Plano
COMITÊ GESTOR	Federal	Governamental	MMA, MDA, MDS, MAPA, MDIC, MCT, MTE	<ol style="list-style-type: none"> 1. Articulação das ações de Governo na esfera Federal 2. Operacionalização e implementação de ações de sua responsabilidade 3. Elo de ligação entre a Câmara Setorial e outras instâncias de Governo 4. Organização e Viabilização de reuniões da Câmara Setorial 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação por Ato Oficial da Presidência da República ▪ Ministérios Indicam representantes ▪ Reuniões periódicas ordinárias (2 a 3/ ano) e extraordinárias

Continuação Tabela 1: Descrição das instâncias de gestão propostas para o Plano Nacional de Promoção das CPS

INSTÂNCIA	ABRANGÊNCIA/ ESFERA	CARÁTER	COMPOSIÇÃO	ATRIBUIÇÕES	FUNCIONAMENTO
GRUPO DE ARTICULAÇÃO REGIONAL POR BIOMA	REGIONAL por BIOMA: ▪ Amazônia Oriental ▪ Amazônia Ocidental ▪ Cerrado ▪ Pantanal ▪ Caatinga ▪ Mata Atlântica (SE) ▪ Mata Atlântica Sul + Pampa	Multissetorial	Governo: Gov. Estadual, eventuais Prefeituras engajadas na área, Representações de Órgãos Governo Federal presentes na região Pesquisa: Universidades, Embrapa Setor Empresarial: Empresas e Associações representativas do setor Agências de Fomento e Suporte: Sociedade Civil: representantes indicados por redes/articulações locais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Articular e animar processos regionais ▪ Elaborar Plano de Ação Regional indicando prioridades e metas ▪ Subsidiar a Câmara Setorial ▪ Indicar representantes para a Câmara Setorial 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação por iniciativa dos atores regionais ▪ Reuniões periódicas segundo definições dos membros do Grupo de Articulação
GRUPO DE AÇÃO POR CADEIA	LOCAL, ESTADUAL, REGIONAL	Multissetorial	Atores dos diferentes elos da cadeia (organizações dos PCTAFs, empresas) + ONGs + Prefeituras + Órgãos do Governo Estadual	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Articular os diferentes elos da cadeia ▪ Tratar das especificidades da cadeia ▪ Apresentar propostas para o Grupo de Articulação Regional e /ou Câmara Setorial ▪ Identificar gargalos e entraves ▪ Elaborar planos de ação com responsabilidades compartilhadas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação por iniciativa dos atores interessados

ANEXO I – Matriz síntese dos principais produtos de cada Bioma indicadas nos Seminários Regionais⁷ por ordem de frequência.

Produtos e Serviços		Amazônia Oriental	Amazônia Ocidental	Cerrado	Pantanal	Caatinga	Mata Atlântica Sudeste e ZMC	Mata Atlântica Sul e ZMC	Pampa
1	Artesanato								
2	Frutas nativas								
3	Plantas medicinais e aromáticas								
4	Mel de <i>Apis</i> e derivados								
5	Farinha/mandioca								
6	Pesca artesanal								
7	Ecoturismo / Turismo Rural Comunitário								
8	Plantas Ornamentais								
9	Espécies madeireiras nativas								
10	Óleos								
11	Mel de Meliponas								
12	Castanha-do-Brasil								
13	Corantes, pigmentos								
14	Fibras naturais e cipós nativo								
15	Sementes nativas/crioulas								
16	Açaí								
17	Condimentos, pimentas								
18	Animais silvestres								

⁷ O documento que consolida os resultados dos Seminários Regionais traz a matriz detalhada de cada Bioma com indicação das espécies potenciais por cada grupo.

Continuação Anexo I

Continuação Anexo I